

Atos Oficiais

**PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
ESTADO DE SÃO PAULO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A SEXTA FASE – APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 03/2019
CANDIDATO SOB JUDICE - ALAN DA SILVA DE SOUSA**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, Estado de São Paulo, em cumprimento à determinação judicial proferida nos autos processuais nº 0000488-89.2023.8.26.0505, CONVOCA o candidato, abaixo relacionado, para a SEXTA FASE – APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, de acordo com as informações divulgadas neste Edital de Convocação.

INSCRIÇÃO	NOME DO(A) CANDIDATO(A)	DOCUMENTO
0347000068	ALAN DA SILVA DE SOUSA	431317896

A **SEXTA FASE – APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA** será realizada na cidade de Ribeirão Pires/SP, com a entrega dos documentos, nas datas previstas de 20 e 21 de julho de 2023, conforme informações abaixo:

Local	Data	Horário
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES/SP Rua Miguel Prisco, 288 – Centro - Ribeirão Pires/SP	20 e 21 de julho de 2023	09h às 16h
ATENÇÃO: Não serão aceitos protocolos ou cópias dos documentos exigidos, sendo somente aceitas as cópias se estiverem acompanhadas do original (para conferência) ou se forem autenticadas		

Ao candidato só será permitida a participação na SEXTA FASE – APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA na(s) respectiva(s) data(s), horário e local constante deste Edital de Convocação, publicado nos sites do INSTITUTO MAIS (www.institutomais.org.br) e da PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES/SP (www.ribeiraopires.sp.gov.br).

É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da convocação para a realização da SEXTA FASE – APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

O candidato convocado para a SEXTA FASE – APRESENTAÇÃO DOCUMENTAL EXIGIDA deverá apresentar os documentos discriminados a seguir:

- Declaração de vínculos empregatícios anteriores;
- Inscrição no PIS/PASEP atualizado;
- 01 (uma) foto ¾ recente;
- Comprovante de residência atualizado;
- Atestado de antecedentes criminais;
- Carteira de Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira Nacional de Habilitação (CNH);
- Título de Eleitor e último comprovante de votação;
- Carteira de Reservista (se do sexo masculino) ou Certificado de Dispensa da Incorporação;
- Certidão de Casamento e Carteira de Identidade (RG) do cônjuge ou companheiro(a);
- RG, CPF, Carteira de Vacinação e declaração escolar (filhos menores) e CTPS cópia do nº;
- Declaração de bens ou última Declaração de Imposto de Renda;
- Declaração de dependentes para efeitos de Imposto de Renda;
- Diploma ou Histórico Escolar autenticado;

- n) Registro no Conselho de Classe (quando o Cargo exigir);
- o) Declaração de acúmulo de Cargos e proventos;
- p) Declaração de vínculo e/ou exoneração de outros órgãos públicos;
- q) Declaração de não estar respondendo a processo relativo ao exercício da profissão; e
- r) Declaração de antecedentes de saúde para o ingresso no serviço público.

Atenção: Não serão aceitos protocolos ou cópias dos documentos exigidos, sendo somente aceitas as cópias se estiverem acompanhadas do original (para conferência) ou se forem autenticadas.

Caso haja necessidade, a **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES/SP** poderá solicitar outros documentos complementares.

Esta fase será eliminatória, sendo o candidato considerado **APTO** ou **INAPTO** na **SEXTA FASE – APRESENTAÇÃO DOCUMENTAL EXIGIDA**.

Os candidatos considerados **INAPTOS** ou **que não comparecerem quando convocados**, serão excluídos automaticamente do Concurso Público.

Após realização da **SEXTA FASE – APRESENTAÇÃO DOCUMENTAL EXIGIDA**, os candidatos serão reclassificados para efeito de divulgação dos Resultados, considerando-se somente os candidatos **APTOS**.

Não caberá recurso do Resultado da **SEXTA FASE – APRESENTAÇÃO DOCUMENTAL EXIGIDA**.

Após a realização da **SEXTA FASE – APRESENTAÇÃO DOCUMENTAL EXIGIDA**, será publicada a lista contendo a **CLASSIFICAÇÃO FINAL** dos candidatos Aprovados/Áptos em todas as fases e, também, a Homologação do Concurso.

Após a Homologação do Concurso os candidatos serão convocados para nomeação, de caráter precário até a finalização do **CURSO DE FORMAÇÃO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL 3ª CLASSE**, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação, conforme necessidade da **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES/SP** e o limite fixado pela Constituição Federal, com despesa de pessoal.

O candidato deverá observar as normas e os procedimentos contidos no Edital do Concurso Público nº 03/2019.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Edital de Convocação para a **SEXTA FASE – APRESENTAÇÃO DOCUMENTAL EXIGIDA**.

Ribeirão Pires/SP, 06 de julho de 2023

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
PREFEITO DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES/SP

REALIZAÇÃO:



Edital de Notificação.

Em cumprimento ao disposto no artigo 67 inciso III da Lei 5.104/07, COMUNICAMOS a empresa **ALEXANDRE DE ABREU 29479621843**, com inscrição municipal 1022174 – CNPJ 26.709.730/0001-30, estabelecida na Rua Monte Castelo, 286 – B. Centro – Rib.Pires na atividade de Reparação e manut.de computadores e equips. periféricos, representada pelo sócio Alexandre de Abreu CPF- 294.796.218-43 – RG – 24.781.406 ; da SUSPENÇÃO DO CADASTRO MOBILIÁRIO MUNICIPAL com data de 03/07/2023 por motivo da correspondência retornar por mundança, bem como a emissão da Notificação nº105131/2023 R\$ 815,46 vencimento 28/07/2023 e o do auto de infração nº 10497 R\$ 244,64 vencimento 13/07/2023 (base legal lei nº 3668/93 artigo 52º referente ao levantamento fiscal efetuado no período de Maio/2018 a Abril/2023 – Termo Fiscal nº 52/2023 – processo adm. 3211/2021.

Prazo 30 dias a partir da publicação deste edital.

Agnaldo Prudente

Agente Fiscal de Tributos

Reg. 6890/2

PORTARIA Nº 655 DE 04 DE JULHO DE 2023.

TERMO DE CIÊNCIA

CLAYTON SOARES DOS SANTOS, Superintendente do Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires, usando de suas atribuições legais especialmente as que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso V da Lei Municipal nº 5751 de 25 de setembro de 2013 e suas alterações,

TOMA CIÊNCIA da decisão da Diretora Executiva Administrativa e Financeira exarada nos autos do **processo nº 155/2022** que concedeu **Aposentadoria Integral por Tempo de Contribuição** à servidora **MARLI LEITE DE SOUZA**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade RG nº 19.115.326-6, inscrita no CPF nº 124.702.898-40 e cadastrada no PIS/PASEP sob nº 1.233.298.021-2, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Saúde, com fundamento no art. 3º da E.C. 47/2005, a contar de **11 de julho de 2023**.

Ribeirão Pires, 04 de julho de 2023.

CLAYTON SOARES DOS SANTOS
Superintendente

Processo Administrativo nº 155/2022 - IMPRERP

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial em ____/____/____

Convocação

Convocamos os funcionários abaixo relacionados para comparecerem no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires, localizado na Rua Miguel Prisco, 288 Centro - Ribeirão Pires/SP, horário de atendimento das 08:00h às 17:00h, para tomar ciência do resultado da avaliação médica pericial realizada junto ao Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Pires - IMPRERP:

Nº	MATRÍCULA	NOME
1	8490	ALINE MARA CINTRA FONSECA
2	12508	LIDIA HERMINIA ORMENEZI
3	4318	CRISTIANE RIGO
4	11155	JACANIRA DA CONCEICAO DOS SANTOS BRASILEIRO
5	11541	ILMA SILVA SANTOS
6	9435	GILSON PEREIRA DA SILVA
7	7549	DENISE VICENTE NAKANO
8	8011	MARIA APARECIDA CRAVEIRO
9	3536	ERIVALDO ALVES DA SILVA
10	4355	ROODNEY PEREIRA ROSA
11	7375	PATRICIA REGINA DARAIO DOS SANTOS
12	7872	SHEILA CRISTINA APOLINARIO MENEZES
13	1064	SINILDIA RODRIGUES MATOS
14	3963	SILVANA MARIA PERICO DA SILVA
15	6643	ROSEMEIRE DO CARMO FEITOSA
16	7153	PAULO ROBERTO DE MELO REIS JUNIOR
17	13687	VALERIA REGINA IZIDORIO DE CAMPOS
18	3916	TANIA CRISTINA JARDIM BARBOSA LIMA
19	8618	SIMONE MARIA DOS SANTOS BRUM
20	10467	SEVERINA MARIA AUGUSTO
21	4317	MARIA LUCIA BROCARDI
22	8368	MARIA AUREA FIDELIS DOS ANJOS
23	10375	JOCIMARA BAUTISTA CAMPOY
24	10043	GISLAINE MUNIZ MARQUES
25	9036	FRANCIMARA NOGUEIRA LEITE
26	11531	EDVALDO SILVA SANTOS
27	4659	EDNA SILVANA LEITE
28	5167	ALEXANDRO DOS SANTOS SILVA
29	8905	VIVALDO NOVAES FERREIRA
30	4891	PATRICIO OBED BALADA GALARCE
31	11414	LUCIA FERREIRA DE MENEZES
32	6876	FRANCISCO DE ASSIS COIMBRA DOS SANTOS
33	8853	ELISABETE PINHEIRO LOPES

34	4278	ANDREIA DE OLIVEIRA MACHADO PINHATAR
35	8220	NATAL BATISTA LEAL
36	10276	VIVIANE CRISTINE DA SILVA GONÇALVES

CONDEP – Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural e Natural de Ribeirão Pires. Extrato da ata da Sessão Extraordinária de 05 de julho de 2023.

O CONDEP deliberou aprovar, por unanimidade, o parecer técnico 04/2023 do CATP – Centro de Apoio Técnico ao Patrimônio, que recomenda a aprovação do projeto de implantação do Parque Linear Sensorial, nos termos do Processo Administrativo 3.326/2023. A íntegra desta ata ficará arquivada na sede do CATP – Centro de Apoio Técnico ao Patrimônio e poderá ser consultada a qualquer tempo, respeitando-se o que dispõe a Lei de Acesso à Informação. Ribeirão Pires, 05 de julho de 2023. Publique-se. RICARDO DI GIORGIO – PRESIDENTE.

RESOLUÇÃO CONDEP 01/2023 – Aprova a implantação do Parque Linear Sensorial. O Presidente do CONDEP, instituído pela Lei Municipal n.º 4.235, de 14 de abril de 1999, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a deliberação favorável da maioria do plenário deste Conselho, no dia 05 de julho de 2023, conforme o registro da ata de sua 1ª Sessão Extraordinária; CONSIDERANDO o parecer técnico n.º 04.2023 do CATP – Centro de Apoio Técnico ao Patrimônio; e CONSIDERANDO as informações constantes do Processo Administrativo 3.326/2023, RESOLVE: Art. 1º – Fica autorizada, no que compete às atribuições deste Colegiado, a implantação do Parque Linear Sensorial pelo Executivo Municipal, tendo em vista o comprovado interesse público, a viabilidade técnica e a inexistência de danos ao bem tombado pelo Estado. Art. 2º – Este Conselho recomenda o envio de proposta de manejo arbóreo a ser apreciada pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), nos termos da legislação estadual. Art. 3º – Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Publique-se. RICARDO DI GIORGIO – PRESIDENTE.

Edital de Notificação

Em cumprimento ao disposto no artigo 67 inciso III da Lei 5.104/07, fica notificada a Sra. EUGENIA FERREIRA DA SILVA, proprietária do imóvel de CCI nº 1026255, a tomar ciência do indeferimento do desconto de aposentado exercício 2024, foi indeferido conforme Lei Municipal nº 3510/1992 art. 1º §2º (não reside no imóvel em questão). Processo nº 997/2023. Prazo para recurso 30 (trinta) dias contados a partir da data da publicação deste edital, decorrido o prazo sem manifestação o processo será arquivado. Cristina Terumi Okabe – Agente Fiscal de Tributos.

LEI Nº 6.867, DE 03 DE JULHO DE 2023

Autoriza o Município de Ribeirão Pires a contratar com a Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo, operações de crédito com outorga de garantia, e dá outras providências.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º Fica o Chefe do Executivo do Município de Ribeirão Pires-SP autorizado a celebrar com a DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, operações de crédito até o limite máximo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 30.000.000,00 destinados a Infraestrutura Viária; R\$ 1.000.000,00 a obras emergenciais de defesa civil; R\$ 10.000.000,00 a construção do viaduto de transposição férrea e R\$ 9.000.000,00 ao Programa Cidades Inteligentes, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Art.2º Fica o Município autorizado a oferecer a vinculação em garantia das operações de crédito, por todo o tempo de vigência dos contratos de financiamento e até a liquidação total da dívida, como Reserva de Meio de Pagamento, as Receitas de Transferências oriundas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS (art. 158 inciso IV da CF) e o Fundo de Participação dos Municípios – FPM (art. 159, inciso I, alínea b da CF), cumulativamente ou apenas um destes, no montante necessário e suficiente para a amortização das parcelas do valor principal e acessório da dívida.

Parágrafo único. As receitas de transferências sobre as quais se autoriza a vinculação em garantia, em caso de sua extinção, serão substituídas pelas receitas que vierem a serem estabelecidas constitucionalmente, independentemente de nova autorização.

Art.3º O Chefe do Executivo do Município está autorizado a constituir a Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo como sua mandatária, com poderes irrevogáveis e irretratáveis, para receber junto às fontes pagadoras das receitas de transferências mencionadas no caput do art. 2º, os recursos vinculados, podendo utilizar esses recursos no pagamento do que lhe for devido por força dos contratos a que se refere o art. 1º.

Parágrafo único. Os poderes mencionados se limitam aos casos de inadimplemento do Município e se restringem às parcelas vencidas e não pagas.

Art.4º Fica o Município autorizado a:

- a)** participar e assinar contratos, convênios, aditivos e termos que possibilitem a execução da presente Lei.
- b)** aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo, referentes às operações de crédito, vigentes à época da assinatura dos contratos de financiamento.
- c)** aceitar o foro da cidade de São Paulo para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos contratos.

Art.5º Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art.6º Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos especiais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito ora autorizadas.

Art.7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 03 de julho de 2023 - 309º Ano da Fundação e 69º da Instalação do Município.

LUIZ GUSTAVO PINHEIRO VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo Administrativo nº 3272/2023-PMRP.

Publicado no Órgão da Imprensa Oficial.

REGULAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
REGULAMENTO PARA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRECIÇÃO
DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTO LOGÍSTICO COMERCIAL
CONTENDO 2 GALPÕES, PELA EMPRESA REC RIBEIRÃO PIRES S.A. – CNPJ:
36.242.616/0001-16.

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º. Será realizada audiência pública por iniciativa do poder público para apreciação do projeto proposto e seus estudos ambientais, de acordo com o artigo nº 172 e seus incisos, artigo nº 184 / parágrafo II e a seção II do Plano Diretor Municipal Lei nº 5.907/2014, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores situado a Rua João Domingues de Oliveira, nº 12 – Centro de Ribeirão Pires – SP, no dia 10 de julho de 2023 com duração limite de duas (2) horas.

Art. 2º. A audiência terá a primeira chamada às 17:00 horas e se iniciará com a segunda chamada impreterivelmente às 17:30 horas com qualquer número de presentes.

Art. 3º. A audiência terá duração máxima de duas (2) horas devendo se encerrar no teto das 19:30 horas. Se necessário e a critério da mesa, poderá haver a prorrogação até as 20:00 horas.

Parágrafo único. A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local.

CAPÍTULO II

Da Condução da Audiência

Art. 4º. A referida audiência pública será aberta a toda sociedade e será presidida, nos termos desse regulamento, pela Secretária do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano, ou por seu preposto previamente indicado, que fará a abertura e a composição da mesa.

Etapas I - A mesa será composta por:

01 Representante do poder público – Secretária do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano ou seu preposto;

01 Representante do poder público – Procurador da Secretaria de Assuntos Jurídicos;

01 a 04 Representantes da Empresa responsável pelo empreendimento;

01 Representante da câmara técnica de avaliação do EIV.

§1º. Os presentes à audiência pública deverão assinar a lista de presença, constando nome completo, número do documento de identidade, telefone, e-mail e instituição que representa;

§2º. Todos os documentos apresentados à mesa serão recebidos e juntados ao processo administrativo nº 2755/2020, devendo ser citados no decorrer da audiência pública;

§3º. A audiência pública terá início com o pronunciamento do coordenador da mesa acerca dos objetivos da mesma e da sequência dos trabalhos a serem desenvolvidos, informando aos participantes sobre os procedimentos constantes deste regulamento, a serem observados durante a sessão.

Etapas II - Apresentação dos estudos:

§4º. O representante da Empresa deverá realizar a apresentação do projeto e respectivos estudos ambientais relacionados, para ciência de todos os presentes e posterior abertura para sugestões e esclarecimentos.

CAPÍTULO III

Dos Objetivos

Art. 5º. Proporcionar amplo debate acerca do projeto proposto.

Art. 6º. Prestar os esclarecimentos à população e permitir a manifestação dos interessados.

Art. 7º Os posicionamentos dos presentes serão avaliados pelo Poder Público Municipal, levando em consideração a pertinência e o escopo específico da audiência pública, na forma do Art. 197 do Plano Diretor Municipal.

Parágrafo único. Posicionamentos não relacionados ao escopo específico da audiência pública, da avaliação dos dados e medidas do EIV, não serão considerados pelo Poder Público Municipal.

CAPÍTULO IV

Dos expositores e da participação popular

Art. 8º. A audiência pública contará com a explanação acerca do projeto proposto.

§1º. Está previsto trinta (30) minutos para a explanação do projeto pelo representante da empresa;

§2º. É facultado ao coordenador da mesa estender o tempo previsto, caso haja necessidade de complementação de informações que sejam relevantes para a audiência;

§3º. Após a explanação, serão abertos até três (3) minutos para manifestações de autoridades públicas presentes e também para o acolhimento de inscrições para fala;

§4º. Ao término das manifestações referidas no §3º, o coordenador da mesa abrirá espaço de três

(3) minutos para explanação de qualquer participante da população presente, desde que devidamente inscrito;

§5º Haverá dois (2) minutos previstos para réplicas e um (1) minuto previsto para tréplicas.

CAPÍTULO V

Da forma de participação popular

Art. 9º. A participação dos interessados observará os seguintes procedimentos:

§1º. É assegurado ao participante o direito de manifestação oral ou por escrito, referente ao tema objeto da audiência;

§2º. As manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro das inscrições de fala, devendo ser informado o nome completo do participante e instituição que representa;

§3º. O tempo para manifestação oral, referente ao tema objeto da audiência, será de no máximo de três (3) minutos;

§4º. Não serão permitidas apartes ou manifestações extemporâneas de qualquer natureza;

§5º. Poderão ser realizadas manifestações por escrito acerca do tema em pauta, a partir do preenchimento do formulário próprio distribuído aos presentes no momento da assinatura da lista de presença e os formulários serão recolhidos para leitura pelo coordenador da mesa;

§6º. As manifestações escritas serão limitadas ao máximo de dez (10), não podendo ser apresentada pelo mesmo participante que se manifestou oralmente e, se necessário, serão verbalizadas pelo coordenador;

§7º. As demais manifestações formuladas pelos participantes serão repassadas a Empresa para respostas e esclarecimentos via e-mail posteriormente ao momento da audiência;

§8º. Os esclarecimentos e/ou respostas deverão ter a duração máxima de 03 (três) minutos, tempo eventualmente prorrogável a critério da Presidente, por técnico da Prefeitura ou representante da Empresa;

§9º. O participante terá direito a réplica, com prazo de 02 (dois) minutos, desde que o questionamento ou observação seja pertinente ao assunto exposto;

§10º. O participante inscrito não poderá ceder o seu tempo para somar ou transferir para outro;

§11º. Situações não previstas no procedimento da audiência pública serão resolvidas pela mesa da audiência pública, em decisão irrecorrível.

CAPÍTULO VI

Da disponibilização dos documentos

Art. 10º. A ata e todos os documentos produzidos na audiência pública serão anexados ao processo administrativo nº 2755/2020, estando disponíveis no site da Prefeitura a todos os interessados para futuras consultas.

CAPÍTULO VII

Das disposições finais

Art. 11º. Após o acontecimento da audiência pública, será lavrada a correspondente Ata Técnica, contendo a íntegra dos debates, com base na gravação do evento, e será subscrita pela presidente da mesa, passando a ser parte integrante do processo administrativo correspondente, juntamente aos demais documentos pertinentes.

§1º. A audiência pública será gravada por meios eletrônicos, assegurando-se aos interessados o direito à obtenção de uma cópia do que foi gravado;

§2º. O encerramento será realizado pelo coordenador da mesa.

Ribeirão Pires, 05 de julho de 2023.

Secretária de Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano

Andreza Araújo

Fica criada a comissão organizadora da Audiência Pública:

- Bianca Rosa de Mesquita Mucci
- Gerson dos Santos Goulart
- Luna Gabriela da Silva
- João Paulo Marigo Cerezoli
- Juliana Nogueira Westerich Cerezoli